

## A REALIDADE SÓCIO-POLÍTICA NAS MINAS EM FINS DO SÉCULO XVIII.

### (Análise ideológica da produção literária do grupo mineiro).

No limiar da última década do século XVIII, em Minas Gerais, um grupo de opinião, incorporando e reinterpretando a grande experiência histórica de sua época — a independência norte-americana — deu origem a uma organização revolucionária que pretendia suprimir o domínio português (1). O objetivo do presente trabalho é determinar em que medida, no plano das relações reais entre a área mineira e a metrópole, emergiam, de fato, estímulos especiais que orientassem na direção de uma ruptura do *statu quo* colonial.

Para êsse fim nos propusemos a análise da produção literária do grupo mineiro, concentrando-nos na obra de **Cláudio Manuel da Costa**, na restrita produção de **Alvarenga Peixoto** que nos restou, bem como nas **Cartas Chilenas** (2).

Ao escolher êsse caminho, partimos da hipótese da “verdade artística”, ou seja, da presunção de que o grande escritor, quando expressa em sua obra (quaisquer que sejam os níveis de transfiguração) a problemática de seu tempo, consegue traduzí-la de maneira essencial.

Naturalmente, um grande artista nem sempre elabora sua criação nesse plano. Daí a exclusão da lírica de Gonzaga neste trabalho, visto que sua arte requer um foco de análise antes

- (1). — Para um estudo recente sobre êsse aspecto da Inconfidência Mineira, remetemos o leitor ao trabalho de Célia Nunes Galvão Quirino dos Santos, a ser publicado em “Anais do Museu Paulista”, XX.
- (2). — As obras citadas foram consultadas nas seguintes edições: **Cláudio Manuel da Costa** — “Obras” editadas em 1768, Coimbra; **Ribeiro, João**: “Obras poéticas de Cláudio Manuel da Costa”, Rio, Garnier, 1903. 2 vols.; **Franco, Caio de Melo**: “O inconfidente Cláudio Manuel da Costa”, Rio, Schmidt, 1931; **Inácio José de Alvarenga Peixoto** — **Sousa Silva, J. Norberto de**: “Obras poéticas de I. J. de Alvarenga Peixoto”, Rio, Garnier, 1865. **Cartas Chilenas** — **Critilo** (Tomas Antônio Gonzaga): “Cartas Chilenas”. Introdução e notas por Afonso Arinos de Melo Franco. Rio, Imprensa Nacional, 1940.

estritamente estético que ideológico. Entretanto, é bem possível que Tomas Antônio Gonzaga esteja incluído no grupo literário por nós focalizado, visto que a autoria das Cartas Chilenas (ainda não definitivamente deslindada) é atribuída a êle, por parte de abalisados estudiosos da matéria.

\*  
\*      \*

### **Claudio Manuel da Costa.**

A primeira grande expressão literária dos problemas da sociedade mineira encontra-se na obra de Cláudio Manuel da Costa, que pode ser interpretada a partir de uma auto-definição consciente do Autor como filho de Minas; é como “uma alma terna” estranhamente produzida pelas minas rústicas que o poeta se apresenta (3). Na qualidade de elemento integrante de uma elite intelectual de formação européia, coloca-se num plano de inferioridade, como fruto de uma terra “inculta”. Assim, na *Écloga III*

“onde louva a pacificação da guerra mediante a direção do Ilmo. e Exmo. Sr. Sebastião José de Carvalho e Melo”, escreve: “Saio dos montes, vivo na incultura, comunico a rusticidade, não é muito que tudo o que concebo seja dissonância e seja barbarismo tudo o que pronuncio” (4).

A Colônia é apresentada como uma sociedade bárbara; seus filhos são produtos da natureza,

“ela nos produziu, nos criou e nos conserva entre ásperos e intratáveis rochedos, no meio da barbaridade, no seio da rudeza, no desalinho e na incultura”

— são estas as suas palavras em “Para terminar a Academia” (5).

Cláudio sublinha a falta de adequação fundamental entre o universo arcádico e o ambiente bárbaro:

“Não são estas as venturosas praias da Arcádia onde o som das águas inspirava a harmonia dos versos”

---

(3). — “Dêstes penhascos fêz a natureza  
O bérço em que nasci: oh! quem cuidara  
Que entre penhas tão duras se criara  
Uma alma terna, um peito sem dureza”.

(Ribeiro, João. *Obras poéticas de Cláudio Manuel da Costa*, vol. 1, p. 151).

(4). — *Idem*, vol. 1, p. 205.

(5). — Franco, Cato de Melo — *O inconfidente Cláudio Manuel da Costa*, p. 19.

e ainda

“Não permitiu o Céu que alguns influxos que deví às águas do Mondego se prosperassem por muito tempo, e destinado a buscar a Pátria que por espaço de cinco anos havia deixado, aqui entre a grosseria dos seus gênios, que menos pudera eu fazer, que entregar-me ao ócio e sepultar-me na ignorância” (6). “A desconsolação de não poder substabelecer aqui as delícias do Tejo, do Lima e do Mondego, me fêz entorpecer o engenho dentro do meu berço”,

escreve êle ainda no “Prólogo ao Leitor” (7). A recriação dos elementos estéticos europeus representaria, a seu ver, um puro esforço de vontade, com pequenas chances de vitória:

“Senão for muita a tua maldade, sempre hás de confessar que algum agradecimento se deve a um Engenho que desde os sertões da Capitania de Minas Gerais, aspira a brindar-te com o pequeno obséquio destas obras”,

são palavras dirigidas ao leitor no Prólogo de suas Obras, em 1768 (8).

Impunha-se para sua própria sobrevivência poética, a criação, dentro dos padrões estéticos eruditos, de um nôvo universo que lhe parecesse adequão ao nôvo meio. Reconhece seu dever para com as Ninfas do pátrio Rio (9) e confessa a respeito de seu berço a maior paixão:

“Esta me persuadiu a invocar muitas vêzes e a escrever a Fábula do Ribeirão do Carmo, rio o mais rico desta Capitania, que corre, e dava o nome à cidade de Mariana, minha Pátria, quando era vila” (10).

Porém, esta mesma Fábula a que se refere o poeta como prova de sua paixão pela terra, é entregue às Ninfas do Mondego, como um sucesso infeliz: —

(6). — Cláudio Manuel da Costa — “Prólogo ao Leitor” em “Obras”, 1768, Coimbra, p. xviii.

(7). — Idem, p. xx.

(8). — Idem, p. xvii.

(9). — “Ninfas do pátrio Rio, eu tenho pejo  
Que ingrato me acuzels vós outras quando  
Virdes que em meu auxillo ando invocando  
As ninfas do Mondego ou as do Tejo”.

(Soneto em que invoca as musas do país para cantar o nome dos Chefes dos Noronhas e Menezes).

Franco, Caio de Melo — op. cit., p. 115.

(10). — Cláudio Manuel da Costa — “Prólogo ao Leitor” em “Obras”, 1768, Coimbra, p. xx.

“A vós, canoras Ninfas, que no amado  
Berço viveis do plácido Mondego  
Que sois da minha lira doce emprêgo  
Inda quando de vós mais apartado.

A vós, do pátrio Rio em vão cantado  
O successo infeliz eu vos entrego  
E a vítima estrangeira com que chego  
Em seus braços acolha o vosso agrado” (11).

Ao mesmo tempo que demonstra a impossibilidade de desvanecer a “inferioridade” da sociedade bárbara através da criação de um universo que se adequasse à ela, Cláudio Manuel da Costa recorre à afirmação da riqueza da terra. A sociedade é bárbara mas a terra é rica. Assim, diz sobre Gomes Freire de Andrada:

“Que ao Antártico clima foi mandado  
a governar todo o país dourado  
Êste das Minas, êste o áureo hemisfério  
Nobre porção do lusitano Império” (12).

São palavras do “Parnaso Obsequioso”:

“Enfim tudo é delícia  
Na opulenta região das áureas Minas” (13).

Na Carta Dedicatória ao Exmo. Sr. D. Luís de Menezes Abranches Castelo Branco, carta que inicia a edição de suas obras em 1768, diz:

“O Sr. D. José, o primeiro digno dêste nome e digno de reinar pelos séculos, querendo mostrar a estimação que faz de um vassalo tão distinto, confiou a V. Excia. o govêrno das Minas Gerais, da minha pátria, da Capitania mais importante, pois enfim é a mais rica” (14).

Na verdade, porém, a riqueza da terra, quando interpretada no contexto — terra rica-sociedade bárbara, transformava-se em elemento negativo — a sociedade seria bárbara porque a terra era rica; são do “Prólogo ao Leitor” estas palavras do poeta: —

“..... aqui .... que menos pudera eu fazer, que entregar-me ao ócio e sepultar-me na ignorância. Que menos do que abandonar as fingidas Ninfas dêstes Rios; e no centro dêles, adorar a preciosidade daqueles metais

(11). — Ribeiro, João — op. cit., vol. 1, p. 180.

(12). — “Epicédio I, à Morte do Ilmo. Gomes Freire de Andrada”, em Ribeiro, João — op. cit., vol. 1, p. 157.

(13). — Franco, Caio de Melo — op. cit., p. 83.

(14). — Cláudio Manuel da Costa — “Obras”, 1768, Coimbra, p. xi.

que têm atraído a êste clima os corações de tôda a Europa”

e ainda:

“Turva e feia a corrente dêstes ribeiros, primeiro que arrebate as idéias de um poeta, deixa ponderar a ambiciosa fadiga de mineirar a terra que lhes tem pervertido as côres” (15).

Impunha-se a necessidade de “pulir” a colônia e o poeta expressa essa necessidade ao administrador que chega:

“seríamos, Exmo. Sr., seríamos muitas vêzes felizes se V. Excia. honrasse com a sua proteção, uma sociedade de que se deseja pulir, para melhor louvar o soberano nome de V. Excia. . . . . Se agora por V. Excia. se vêem amparadas as musas, converter-se-ão como maravilhosa metamorfose, a barbaridade em policia, a incultura em asseio e o desalinho em gala” (16).

A consciência da importância da riqueza da terra para a Corôa levava ainda o poeta a apontar a situação decadente das Minas pedindo as providências Reais. Na “Ode onde na imagem de uma nau soçobrada se pinta o decadente estado das Minas e se lhe auspicia felicíssimo reparo”, diz:

“Ao mal seguro lenho  
Que as crespas ondas de Netuno corta  
A quem, ó Rey, mais do que a ti te importa  
Que mísero despenho  
Lhe evites, nesse instante em que se teme  
Que a quilha rompa e despedace o leme” (17).

A referência à situação de decadência das Minas aparece para ser logo resolvida pela ação esclarecida de um administrador que sabe levar ao conhecimento do Rei as dificuldades dos povos. Assim, lê-se no “Epicédio I”, à Morte de Gomes Freire de Andrada:

“O vasto empório das douradas Minas  
Por mim o falará: quando mais finas  
Se derramam as lágrimas no imposto  
De uma capitação, clama o desgosto  
De um país decadente, e ao seu gemido  
Se enternece piedoso e esclarecido  
O generoso Heroe: ao Soberano  
Conduz a queixa, representa o dano” (18).

(15). — Cláudio Manuel da Costa — “Obras”, 1768, Coimbra, p. xix.

(16). — Palavras dirigidas ao Conde de Valadares em “Para terminar a Academia”. Franco, Caio de Melo — op. cit., p. 19.

(17). — Franco, Caio de Melo — idem, p. 99

(18). — Ribeiro, João — op. cit., vol. 1, p. 158.

\*

Se a tentativa de adequação de padrões estéticos ao nôvo meio, vinha se colocando como um problema constante nas obras de Cláudio, a publicação do “Uruguay” de Basílio da Gama, em 1769, apresentaria uma solução ao problema. Em seu poema, construíra Basílio uma idealização do índio, elemento autóctone da Colônia, introduzindo na conotação de “bárbaro” a apresentação de elementos valorados positivamente: beleza pitoresca, valentia, honradez excepcionais. Assim o poeta residente na Europa expressava uma representação positiva da sociedade colonial, encontrando nela motivo suficiente para uma missão poética (19).

É conhecida a influência do “Uruguay” sôbre os poetas coloniais residentes no Brasil ou na Europa. Quanto a Cláudio Manuel da Costa, ante a superação intelectual da inferioridade da colônia, passou a escrever o poema “Vila Rica”, em que se propôs conscientemente, como objeto, a elaboração de uma representação enaltecadora da sociedade mineira:

“E se estas Minas pelas riquezas que têm derramado por tôda a Europa e pelo muito que socorrem com a fadiga de seus habitantes ao comércio de tôdas as nações polidas, eram dignas de alguma lembrança na posteridade, desculpa o amor da pátria que me obrigou a tomar este empenho, conhecendo tanto a desigualdade das minhas forças. Estimarei ver elogiada por melhor pena uma terra que constitui hoje a mais importante capitania dos domínios de Portugal” (20).

Cláudio Manuel da Costa, em seu poema, não irá recorrer à manipulação estética de elementos básicamente imaginativos, a fim de valorizar a sociedade colonial, com fizera Basílio. Preocupa-se com a veracidade histórica do tema de sua obra, citando detalhadamente suas fontes e,

“persuadido de que não serão bastantes as notas com que ilustrou os seus Cantos” (21)

---

(19). — “Gênio da inculca América, que inspiras  
A meu peito o furor, que me transporta,  
Tu me levantas nas seguras asas.  
Serás em paga ouvido no meu canto  
E te prometo, que pendente um dia  
Adorne a minha lira os teus altares”.

José Basílio da Gama — “Uruguay”, Canto IV. Edição anotada por Afrânio Peixoto, Rodolfo García e Oswaldo Braga, Rio, 1941.

(20). — “Prólogo” ao “Vila Rica” — Ribeiro, João — op. cit., vol. 2, p. 150.

(21). — “Fundamento Histórico” do “Vila Rica” — idem, p. 151.

fêz anteceder ao poema um fundamento histórico; mesmo quando as informações contidas em sua narração pareçam ao leitor discutíveis por divergirem das opiniões de alguns historiadores, Cláudio impõe em sua defesa o fato de viver êle no país e nele haver nascido (22).

No plano do poema, a propósito do louvor do fundador de Vila Rica, D. Antônio de Albuquerque

“que pacificou os povos das Minas segurando a real autoridade”,

faz Cláudio Manuel o elogio das diquezas das Minas e, principalmente, a apologia dos paulistas, seus descobridores. São os paulistas apresentados pelo poeta, quer no “Fundamento Histórico”, quer no corpo do poema, como homens de valor indiscutível, sendo defendidos de tôdas as acusações de que eram alvo (23).

A defesa e elogio dos paulistas são feitos em nome de sua coragem e de sua fidelidade ao Rei, sendo apresentados como os verdadeiros descobridores das Minas (24).

“Discorrendo por entre a grande extensão destas 4 comarcas, apenas se achará rio, córrego ou serra que não devesse aos paulistas o descobrimento de suas faisqueiras e êstes são os serviços com que se tem acreditado além de muitos outros, os naturais da cidade de São Paulo”.

são palavras do poeta no “Fundamento Histórico” ao “Vila Rica” (25).

- 
- (22). — “Se eu fiz alguma diligência para averiguar a verdade, digam-te as muitas ordens e leis que vês citadas nas minhas notas, e a extensão de notícias tão individuais com que formei o plano desta obra; pode ser que alguém as conteste, pelo que tem lido nos escritores da história da América; mas êsses não tiveram tanto à mão, as concludentes provas de que eu me sirvo; não se familiarizaram tanto com os mesmos que intervieram em algumas das ações e casos acontecidos neste país; e ultimamente, não nasceram nêle, nem comunicaram por tantos anos como eu” (“Prólogo” ao “Vila Rica” — Ribeiro, João — op. cit., vol. 2, p. 150).
- (23). — “Os naturaes da cidade de São Paulo que têm merecido a um grande número de geógrafos antigos e modernos serem reputados por uns homens sem sujeição ao seu soberano, faltos de conhecimentos e respeito que devem às suas leis, são os que nesta América tem dado ao mundo as maiores provas de obediência, fidelidade e zêlo pelo seu rei, pela sua pátria e pelo seu reino” (“Fundamento Histórico” do “Vila Rica” — Ribeiro, João — op. cit., vol. 2, p. 152).
- (24). — “Vês os paulistas, animosa gente  
Que ao Rei procuram do metal luzente  
Co’as próprias mãos enriquecer o Erário”.  
“Vila Rica”. Canto VI. Ribeiro, João, — op. cit., vol. 2, p. 216).
- (25). — “Fundamento Histórico” do “Vila Rica” — idem, p. 162.

Os frutos da terra rústica são agora valorizados:

“digam agora os geógrafos que todos são mamelucos; arguam-lhe defeitos que nunca tiveram; sirva-lhes de injúria o haverem nascido entre aquelas montanhas; as almas é certo que não têm pátria, nem berço, deve-se amar a virtude aonda ela se acha; nenhuma obrigação tinha a natureza de produzir só na Grécia os Alexandres, só em Roma os Cipiões” (26).

Assim, em lugar da representação: terra rica — sociedade bárbara, surge a nova: terra rica — homens valorosos. Diz o poeta: —

“A exemplo de um contempla iguais a todos  
E distintos ao rei por vários modos  
Vês os Pires, Camargos e Pedrosos,  
Alvarengas, Godóis, Cabrais, Cardosos,  
Lemes, Toledos, Pais, Guerras, Furtados  
E os outros que primeiro assinalados  
Se fizeram no arrojo das conquistas,  
Ó grandes sempre, ó imortais paulistas” (27).

Representam êles uma sociedade senhorial cujos fundamentos de dominação escapam à discussão. Índios (28) (29) e ne-

(26). — *Idem*, pp. 162-163.

(27). — “Vila Rica”, Canto VI — Ribeiro, João — *op. cit.*, vol. 2, p. 216.

(28). — O índio na obra de Cláudio, aparece principalmente como elemento integrante do ambiente rústico e selvagem das Minas. Assim escreve o poeta no Canto IX do “Vila Rica”:

“..... Vinde, ó dilatados  
Sertões, vinde montanhas, vinde rios,  
Chegae também, ó bárbaros gentios  
Do bravo Culabá, do Mato Grosso,  
De Pilões, de Golazes, vêde o vosso  
Destro governador, que desde as Minas  
Sustém a rédea e manda as peregrinas  
E sábias direções.....”.

(“Vila Rica”. Canto IX. Ribeiro, João — *op. cit.*, vol. 2, p. 246).

(29). — O índio sofre, como o próprio ambiente, a ação civilizadora portuguesa, através do administrador das Minas e se beneficia com essa civilização; na “Falla ao Ilmo. e Exmo. Sr. D. Antônio de Noronha” diz o poeta:

“Feliz Monarca, e mais feliz mil vêzes  
Eu e os meus que habitando as toscas grutas  
Vivendo só do acaso e da miséria  
Endurecendo a pele à calma, ao frio  
Sem mais abrigo que o estéril junco,  
Vagos e errantes de um em outro serro  
Já conhecemos a civil polícia  
Do teto e do vestido: unidos todos,  
Em doce paz os frutos já provamos  
Da concórdia e do amor; ajuda um braço  
O braço de outro; as sementeiras crescem  
E o trabalho comum, e comum prêmio



gros, sob o domínio de seus senhores paulistas são os instrumentos para a grande obra de que se vangloriam os sujeitos da ação histórica: —

“O ethiope co’s índios misturado  
Eis obedece ao pródigo mandado  
dos bons conquistadores” (30).

Tôda a ação do “Vila Rica” se baseia no antagonismo — “paulistas-emboabas”, apresentado numa interpretação favorável aos paulistas, de acôrdo com os elementos fornecidos por Pedro Taques (31) com quem Cláudio se correspondia e de quem provávelmente aceitou a interpretação de “emboabas” como naturais de Portugal:

“Por êsse tempo se começaram a suscitar os ódios entre os filhos de São Paulo e os naturais de Portugal que êles denominavam Buabas. Dois religiosos, cujos nomes e religiões se não declaram por se evitar o escândalo, fomentaram todo o calor desta desunião. Viviam êles na

---

Ah! que de feras nos tornamos homens!”

Assim fala obsequioso o índio.

(“Falla ao Ilmo. e Exmo. Sr. D. Antônio de Noronha. Ribeiro, João — op. cit., vol. 2, p. 124).

(30). — “Vila Rica”, Canto VI, Ribeiro, João — op. cit., vol. 2, p. 217.

(31). — O episódio dos paulistas e emboabas fôra relatado no “Peregrino da América” de Nuno Marques Pereira, na “História da América Portuguêsa” de Rocha Pitta e também na vida do Pe. Belchior de Pontes, escrita pelo Pe. Manoel Fonseca. Para Rocha Pitta os conflitos e ajustamentos ocorridos numa colônia importante para a economia européia em geral e metropolitana em particular se apresentavam como embates entre naturais de São Paulo e forasteiros, decorrentes das violências e arbitrariedades do grupo procedente de São Paulo, contra os quais teriam reagido os demais. Também o Pe. Manoel Fonseca publicando seu livro em 1751, adotando o mesmo tratamento, chegaria a conclusões análogas. Nuno Marques Pereira diz que Manuel Nunes Viana “fêz sujeitar e ceder tôda a rebeldia dos valentes paulistas do sertão do Brasil a que reconhecessem a obediência e sujeição que devem ter ao nosso grande Monarca...”. Pedro Taques procurará destruir a valdez dos três relatos feitos por êsses três contemporâneos dos acontecimentos. Na obra do historiador paulista, a versão da violência e arbitrariedades dos paulistas é substituída pela da defesa contra as tentativas de espolação por parte dos emboabas. Enquanto Rocha Pitta interpreta “emboabas” como o nome dado pelos paulistas a todos os forasteiros, ou seja, a todos os que não saíram da região de São Paulo, diz o Autor do Peregrino da América: “quando nas minas de ouro de São Paulo houve aquêlê notável motim ou levante contra os filhos de Portugal” (grifo é nosso). Também Pedro Taques apoiando-se numa interpretação histórico-lingüística, considera “emboabas” como sendo “europeus”.

(Rocha Pitta — “História da América Portuguêsa”. 3a. ed. Bahia, 1950, p. 333.

Nuno Marques Pereira — “Compêndio Narrativo do Peregrino da América”, Lisboa, 1760.

Pedro Taques — “Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma Capitania”. Bibl. Histórica Paulista, 1954, p. 140).

liberdade que permitia o país, e a impulsos de uma desordenada ambição, atravessaram com 3 arrobas de ouro o fumo e a cachaça, ou aguardente da terra, para a venderem monopolizadamente pelo mais alto preço. Quiseram logo praticar o mesmo com as carnes dos gados, e encontrando a oposição dos paulistas, resolveram acabar com êles, expelindo-os de uma vez das Minas que êles haviam conquistado e em que estavam estabelecidos com suas famílias e fábricas”

e continua:

“Sucedendo uns fatos a outros e tomando corpo a emulação, conseguiram os europeus a expulsão e despejos dos paulistas pelos anos de 1709 para 1710, regendo-os nesta ação os dois chefes Manuel Nunes Viana, com o caráter de governador, com que o decoravam os seus, e Antônio Francisco com o de mestre de campo por nomeação do mesmo Viana” (32).

Assim, se evidencia no “Vila Rica” a valorização da sociedade local. Na escolha do tema de sua obra, teria o poeta, através de uma visão retrospectiva da sociedade mineira, remontado às primeiras expansões paulistas, descobridoras das Minas; a fase de decadência propiciava a valorização do grupo que, arrojando-se às primeiras buscas do ouro, teria sido, em parte, responsável pelo período de opulência. No tratamento do antagonismo “paulistas-emoabas”, a adoção da conotação “europeu” atribuída por Pedro Taques aos emoabas, permitia a Cláudio ressaltar nos paulistas sua característica de coloniais. Essa referência “colonial” se explicita na passagem em que Cláudio se refere ao ódio dos partidários de Manuel Nunes Viana aos “filhos do Brasil de qualquer província” (33).

Aquí se expressa, com tôda a probabilidade, a apreensão dos fundamentos gerais e comuns da situação colonial, favorecida pela posição defensiva ante a metrópole, em que se via a sociedade mineradora em face do declínio das minas. Essa expressão, porém, só pode ser interpretada em têrmos de uma redefinição de ajustamentos entre a sociedade senhorial e a metrópole, dentro do *statu quo* colonial.

(32). — “Fundamento Histórico” do “Vila Rica” — Ribeiro, João — op. cit. v. 2., p. 167.

(33). — “..... Sebastião Pereira de Aguiar, filho da Bahia, homem rico e poderoso de valor conhecido, que tinha resolvido atacar Manuel Nunes Viana e os seus parciais, pelas injustiças que praticavam, especialmente com os filhos do Brasil de qualquer província, a quem tinha transcendido o ódio conciliado contra os paulistas”. — “Fundamento Histórico” do “Vila Rica” — Ribeiro, João — op. cit., v. 2, p. 171.

Com efeito, o lealismo à Corôa é inerente ao tema do “Vila Rica”; a fidelidade ao Rei constitui a base do elogio dos paulistas (34). Aparece claramente a legitimidade da posse do Rei sobre as Minas (35) e a exaltação dos sacrifícios feitos ao Serviço Real (36). A ação de Albuquerque, na pacificação das lutas entre paulistas e emboabas, baseia-se, principalmente, num apêlo de fidelidade ao Rei, feito aos revoltosos (37) (38).

- (34). — “Eles a fome e a sede vão sofrendo  
Rotos e nus os corpos vem trazendo  
Na enfermidade a cura lhes falece,  
E a miséria por tudo se conhece.  
Em seu zêlo outro espírito não obra  
Mais que o amor a seu rei: isto lhes sobra.  
Abertas as montanhas, rota e serra  
Vê converter-se em ouro a pátria terra”.  
 (“Vila Rica”, Canto VI, Ribeiro, João — op. cit., v. 2, p. 216-217).
- (35). — “Por uma longa idade, e fatigadas  
Serão de balde as serras levantadas  
Do escuro Cuiethé .....  
.....  
Todos êstes tesouros e a grandeza  
De tôdas estas pedras determino  
Que por mão de um benévolo destino  
Vão buscar inda a lusa monarquia”.  
 (“Vila Rica”, Canto VIII, Ribeiro, João — op. cit., v. 2, p. 240).
- (36). — “Sobra ao bom general, sobra a Rodrigo  
Da nua areia o mísero jazigo;  
A vida pelos reis sacrificada  
Basta a deixar a sepultura honrada!”  
 (“Vila Rica”, Canto IV, Ribeiro, João — op. cit., v. 2, p. 204).
- (37). — “Vassallos sôls de um rei, que não vos deve  
O cetro, ou a Corôa, a origem teve,  
Já dos vossos senhores, por henrança  
O reino augusto em suas mãos descança.  
.....  
Ele os seus braços para nós estende  
Nos manda e rege, e tudo compreende  
O seu império na maior distância:  
Nós juramos das leis tôda a observância  
E do primeiro pacto não devemos  
Apartar-nos, pois nele nos prendemos”.  
 (“Vila Rica”, Canto IX, Ribeiro, João — op. cit., v. 2, p. 254).
- (38). — Esta mesma idéia de fidelidade ao rei, especialmente no que se refere à exploração das Minas, aparece com freqüência como critério de elogio à administração. Assim se lê no “Parnaso Obsequioso”: —  
“(diz Calíope)  
Jamais o seu Tesouro  
Que o Deus purpúreo e louro  
Debalde o não criou.  
Benigna corresponda  
Ao pródigo cuidado  
De quem dos Ceus foi dado  
Por dar-lhe mais valor.  
(diz Melpomene)  
As carregadas frotas à prudente  
Direção de seu mando

Assim, são também salvaguardadas de quaisquer críticas as disposições dos agentes reais; escreve o poeta no “Fundamento Histórico” do “Vila Rica” a respeito da ação do Conde de Assumar perante o movimento de 1720:

“Foi seu govêrno bastantemente crítico por encontrar a oposição dos povos na criação das Casas de Fundição. Subjugou heroicamente alguns levantados, principalmente os de Pitanguy, e o de Vila Rica, que foi ter à Mariana em 28 de Junho do ano de 1720: aquí se lhe fêz preciso prender uns e castigar outros com a última pena. Estes procedimentos lhe adquiriram o nome de tirano das Minas, mas à sua constância deve Portugal a inteira sujeição da capitania; o exemplar castigo ..... segurou de uma vez a real autoridade” (39).

\* \* \*

### Inácio José de Alvarenga Peixoto

A pequena parcela que nos restou da produção literária de Alvarenga Peixoto, é suficiente para que se perceba sua característica “nativista”. Sua forma de conceber a realidade brasileira e de focalizar as relações metrópole-colônia, é bem diversa da que acabamos de ver em Cláudio Manuel da Costa. Enquanto êste se fixara no problema da conciliação de seus padrões literários com a expressão rústica da terra, Alvarenga revela espontâneamente em suas obras a presença constante da terra brasileira. Seu tratamento poético não se restringe à sociedade local: o poeta focaliza a Colônia com um todo, valorizada em seus aspectos reais (40).

A construção de uma imagem da sociedade colonial, em Alvarenga, deixa de constituir um fim, e passa a ser encarada como instrumento para a manipulação literária. O conceito terra rica — sociedade bárbara, encontra-se, em Alvarenga, reduzido ao primeiro têrmo: a colônia apresenta-se como uma

Os portos encherão crescendo o Erário.

(Franco, Caio de Melo — op. cit. p. 77-78).

(39). — “Fundamento Histórico” do “Vila Rica” — Ribeiro, João — op. cit., vol. 2, p. 173.

(40). — “Aquêles morros negros e fechados  
que ocupam quase a região dos ares  
São os que em edificios respeitados  
Repartem raios pelos crespos mares.  
Os coríntios palácios levantados  
Dóricos templos, jônicos altares,  
São obras feitas dêsses lenhos duros  
Filhos dêsses sertões felos e escuros”.

(“Canto Genetliaco” — Sousa Silva, J. Norberto de — “Obras Poéticas de I. J. de Alvarenga Peixoto”, p. 256).

terra extremamente rica. Na sua qualidade de filho do Brasil, o poeta nega o segundo termo — a barbárie — considerando-o apenas como produto de um juízo europeu sobre a colônia. O poeta repelirá, pois, francamente êste juízo externo: —

“Êsses partidos morros e escavados  
Que enchem de horror a vista delicada  
Em soberbos palácios levantados  
Desde os primeiros anos empregada,  
Negros e extensos bosques tão fechados  
Que até ao mesmo sol negam a entrada  
E do agreste país habitadores  
Bárbaros homens de diversas côres.

Isto que Europa barbaria chama  
Do seio de delícias tão diverso  
Quão diferente é para quem ama  
Os ternos laços do seu pátrio berço” (41).

A referência às relações metrópole-colônia, que aparecera em outros poetas, de forma indireta, será agora colocada de maneira explícita. O Brasil será representado pela figura do índio adornado com as riquezas da terra; não é o índio modificado pela civilização portuguesa e beneficiado por ela, mas é o índio “valeroso, ativo, forte” e rico (42). E’ através dêste sím-

(41). — “Canto Genetliaco”. Sousa Silva, J. Norberto de — op. cit., p. 255.

(42). — “Oh! que sonho! oh! que sonho eu tive n’esta

Feliz, dítosa e socegada sesta?  
Eu vi o Pão de Açúcar levantar-se  
E no meio das ondas transformar-se  
Na figura de um índio, o mais gentil  
Representando só todo o Brasil.  
Pendente ao tiracol de branco arminho  
Côncavo dente de animal marinho  
As preciosas armas lhe guardava:  
Era tesouro e juntamente aljava  
De pontas de diamante eram as setas  
As hásteas d’ouro, mas as penas pretas  
Que o índio valeroso, ativo e forte  
Não manda seta em que não mande a morte  
Zonas de penas de vistosas côres  
Guarnecida de bárbaros labores,  
De folhetas e pérolas pendentes,  
Finos cristais, topázios transparentes.  
Em recamadas peles de Sahiras,  
Rubis e diamantes e safiras,  
Em campo de esmeralda escurecia  
A linda estrêla que nos traz o dia.  
No cocar... oh! que assômbro! Oh! que riqueza  
Vi tudo quanto pode a natureza.  
No peito em grandes letras de diamante  
O nome da augustíssima imperante.

(“O sonho” — Sousa Silva, J. Norberto de — op. cit., pp. 247-248).

bolo valorizador, que a Colônia se dirige à Metrópole e é através dêle ainda que o Brasil manifesta sua fidelidade ao Trono (43).

No “Canto Genetliaco” em que o poeta louva o filho brasileiro de D. Rodrigo de Menezes, expressa entusiasmo por ter nascido no Brasil êste membro de tão ilustre tronco; estaria se iniciando a compensação dos sacrifícios feitos pelos colonizadores (44).

Êste nôvo descendente dos Menezes julgará a Colônia de maneira diversa, não se colocando na perspectiva européia, à vista das serras, na aparência feias,

“Dirá José: Oh! quanto são formosas!” (45).

Além de manifestar esta aspiração de que se constitua na Colônia uma nobreza procedente da reinol, Alvarenga se permite desejar a atribuição da administração da Colônia aos na-

(43). — “Pindaro americano assim cantava:

“Sou vassalo e sou leal,  
como tal,  
Fiel, constante,  
Sirvo à glória da imperante  
Sirvo à grandeza real.  
Aos Elysios descerei  
Fiel sempre a Portugal  
ao famoso Vice-Rei  
ao ilustre General  
As bandeiras que jurei!”.

(“O sonho”. Souza Silva, J. Norberto de — op. cit., p. 249).

(44). — “Bárbaros filhos destas brenhas duras  
Nunca mais recordels os males vossos.  
Revolvão-se no horror das sepulturas  
Dos primeiros avós os frios ossos:  
Os heróis das mais altas cataduras  
Principiam a ser patricios nossos;  
E o vosso sangue que esta terra ensopa  
Já produz frutos do melhor da Europa.

.....  
Bem que venha a semente à terra estranha,  
Quando produz, com igual força gera  
Nem do forte leão fora de Hespanha  
A fereza dos filhos degenera;  
O que o estio em umas terras ganha  
Nas outras vence a fresca primavera.  
A raça dos heróis da mesma sorte  
Produz no sul o que produz no norte.

.....  
Que importa que José Americano  
Traga a honra, a virtude e a fortaleza  
De altos e antigos troncos portugueses  
Se é patricio êste ramo dos Menezes?”

(“Canto Genetliaco” — Souza Silva, J. Norberto de, op. cit., pp. 253-254).

(45). — “Canto Genetliaco” — Souza Silva, J. Norberto de — op. cit. p. 255.

turais dela, imaginando o filho de Menezes na posição de administrador:

“Quando algum dia permitir o fado  
Que êle o mando real moderar venha  
E que o bastão do pai com glória herdado  
No pulso invicto pendurado tenha  
Qual esperais que seja o seu agrado?  
Vós experimentareis como se empenha  
Em louvar gostoso os pátrios lares” (46).

Na “Ode a D. Maria I” o poeta solicita à Rainha que venha ser coroada em terras da América (47). Envia a Portugal êste desêjo, dizendo:

“Vai, ardente desêjo  
Entra humilhado na real Lisboa  
Sem ser sentido do invejoso Tejo.

Aos pés augustos voa  
Chora e faz que a mãe compadecida  
Dos saudosos filhos se condoa.

Ficando enternecida  
Mais do Tejo não temas o rigor  
Tens triunfado, tens a ação vencida” (48).

E ainda:

“Para nós só queremos  
Os pobres dons da simples natureza  
E seja vosso tudo quanto temos.

Sirva à real grandeza  
A prata, o ouro, a fina pedraria  
Que esconde destas terras a riqueza.

Ah! chegue o feliz dia  
Em que do nôvo mundo a parte inteira  
Aclame o nome augusto de Maria.

---

(46). — Idem. — p. 254.

(47). — “Vinde real senhora  
Honrar os vossos mares por dois mêses  
Vinde ver o Brasil que vos adora.  
.....  
Vinde a ser coroada  
Sôbre a América tôda, que protesta  
Jurar nas vossas mãos a lei sagrada.

(“Ode a D. Maria I” — Sousa Silva, J. Norberto de — op. cit.  
p. 236).

(48). — “Ode a D. Maria I” — Idem, p. 237.

Real, real primeira!  
Só esta voz na América se escute;  
veja-se tremular uma bandeira (49).

Como se vê, esta manifestação de cunho nativista se expressa dentro do mais estrito lealismo, não contendo elementos que apontem para a transformação do *statu quo* colonial.

\*

\* \*

### Cartas Chilenas.

Consideraremos agora, como, através da crítica à administração de Luís da Cunha Menezes (Fanfarrão Minésio) apresentada nas "Cartas Chilenas", expressam-se alguns problemas gerais referentes às relações da sociedade mineira com a administração colonial.

As discussões dos vários estudiosos sobre a data de aparecimento das Cartas, nos permitem localizá-las no período compreendido entre 1784 e 1789, portanto, dentro da época por nós estudada.

Também sua autoria é controvertida (50), embora pareça certo, de qualquer forma, que as "Cartas" representam a posição de um importante grupo intelectual mineiro.

(49). — "Ode a D. Maria I" — Souza Silva, J. Norberto de — op. cit. p. 234.

(50). — A autoria das "Cartas" tem sido atribuída a poetas diversos, seja aos mais conhecidos da época, como Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e I. J. de Alvarenga Peixoto, seja a outros menos conhecidos.

Constituem as "Cartas Chilenas", como é sabido, obra satírica, em verso branco, anônima, constando de uma Epístola e 13 Cartas, sendo a 7a. e a 13a. incompletas.

São conhecidos três manuscritos das Cartas, existentes no Instituto Histórico Brasileiro; o primeiro, contém: "Epístola a Critilo", Dedicatória em Prosa, Prólogo e as 7 primeiras Cartas; o segundo, que tem como título — "Cartas Chilenas em que se contam os sucessos de todo o governo de Fanfarrão Minésio, General de Chile. Escritas na língua castelhana pelo poeta Critilo. Traduzidas em português e dedicadas aos grandes de Portugal, por um anônimo" — contém da carta 7a. à 13a., com exceção da 8a. O terceiro, contém a Epístola, a Dedicatória em prosa, o Prólogo e as 13 Cartas. A "Epístola" é dirigida a Critilo, louvando-lhe as Cartas e antevendo os bons resultados das mesmas; a "Dedicatória em prosa" é dirigida àquêles "a quem os nossos soberanos costumam fiar os governos das nossas conquistas", com a finalidade de instruí-los com o exemplo de Fanfarrão Minésio, podendo assim conduzi-los ao fim de um acertado governo. No "Prólogo" o Autor explica como teria chegado a suas mãos o manuscrito espanhol das Cartas e porque as teria ele traduzido para nossa língua, mudando algumas coisas para acomodar melhor ao nosso gosto. As "Cartas" escritas por Critilo dirigem-se a Doroteu. Na 1.a Carta, Critilo narra a chegada de Fanfarrão Minésio à "nossa Chile" e sua cerimônia de posse. A 2.a Carta narra as atitudes de Fanfarrão no início de seu governo. As Cartas 3a. e 4a. narram as provi-



As “Cartas” têm como ponto de partida a crítica à situação criada pelos abusos de um determinado governador. Na “Epístola a Critilo”, porém, transcende-se êsse plano restrito, para atingir-se explicitamente outro mais amplo. A figura do administrador Minésio e as condições criadas pela sua administração, são apresentadas enquanto aspecto de uma situação de que participam outras regiões, outros homens, que habitam conquistas de seus reis: seria a expressão da insatisfação pela orientação dada às administrações coloniais. Assim, a “Epístola” vê na sátira de Critilo, uma lição de caráter quase universal; dela irão aproveitar-se “os reis” e os “seus povos”.

“Devo pois confessar, Critilo amado,  
que teus escritos, de uma idade a outra  
Passarão, sempre de esplendor cingidos.  
Que a humanidade enfim desagravada  
Das injúrias que sofre, por teu braço,  
Os ferros soltará, que desafrouxa  
Tintos de fresco, gotejando sangue.

Sim, Critilo, são êstes os agouros  
Que lendo a tua história ao mundo faço.  
De pejo e de vergonha os bons monarcas  
Que pias intenções sempre alimentam  
De reger como filhos os seus povos  
Tocados se verão. Prudentes, sábios,  
Consultarão primeiro sobre a escolha  
Daqueles chefes que a remotos climas  
Determinam mandar, dêles fiando  
A importante porção do seu gogvêrno” (51).

Nas “Cartas” é revelada a infelicidade dos povos das Minas, que estaria condicionada à má administração; o governa-

dências tomadas por Fanfarrão para a construção de uma cadeia a que deu princípio e tôdas as injustiças e violências executadas por causa dessa construção. As Cartas 5a. e 6a. tratam das festas que o governador mandou realizar por ocasião do casamento de infantes espanhóis e portugueses. A Carta 7a., incompleta, trata de questões jurídicas, com referência a irregularidades nos processos executados no govêrno de Minésio. A Carta 8a. cuida dos abusos praticados na venda dos Contratos. A Carta 9a. trata da desorganização em que se achava a tropa militar, principalmente pelo número excessivo de componentes, pela qualidade dêsses elementos e pelo proteccionismo que imperava nas promoções. A Carta 10a. trata dos abusos praticados por Minésio, que despreza totalmente a lei, praticando tôdas as injustiças, perseguindo uns e protegendo outros. A 11a. Carta trata das aventuras amorosas de Minésio e de seus associados, de suas “brejeirices” e ausência de recato. A Carta 12a. trata da escandalosa proteção de Minésio a seus criados. Da Carta 13a. conhecem-se apenas 29 versos, não se podendo então perceber seu assunto.

(51): — “Epístola a Critilo” — Critilo (Tomás Antônio Gonzaga). “Cartas Chilenas”. Introdução e notas por Afonso Arinos de Melo Franco, Rio, Imprensa Nacional, 1940, p. 137.

dor utilizava seu cargo para lucros pessoais, impondo sua vontade, usando as várias oportunidades de comportamento extralegal que o sistema propiciava (52).

Negociava, por exemplo, os Contratos, sem levar em conta a existência de “pretendentes de mais abôno” ou atender aos votos dos deputados da Junta da Fazenda; transformava essa disposição administrativa — a concessão de contratos — em fonte de proveito pessoal:

“Estas quintas são quintas só no nome  
pois são os dois contratos que utilizam  
aos chefes inda mais que ao próprio Estado” (53).

Utilizando-se largamente dos precedentes de interferência em esferas alheias, ampliará sua base de poder e sobreporá sua vontade pessoal à lei:

“De que serve fazer-se o que a lei manda  
na terra onde governa um bruto chefe  
que não tem outra lei mais que a vontade” (54).

---

(52). — De um ponto de vista estritamente legalista, já o administrador português Teixeira Coelho, nas suas “Instruções”, tinha denunciado as infrações às leis do Reino, ocorridas na administração colonial. Não só o sistema permitia a satisfação da ambição dos ouvidores, meirinhos, contratadores de impostos, como os governadores de maneira geral, costumavam interferir em jurisdições alheias. Diz Teixeira Coelho, em suas “Instruções” (1780): “Tem o governador inspeção sobre o Estado Político, mas não há regimento próprio, que declare nesta parte, a sua jurisdição ... Por esta razão, tem os governadores de Minas arrogado em diversos tempos, uma autoridade sem limites, estabelecendo sempre novas práticas arbitrárias” (Rev. Arch. Público Mineiro. Ano VIII, fasc. 1 e II, 1903, p. 431).

“Qualquer devedor que é ou teme ser demandado pelo seu credor, recorre ao governador alegando que não pode pagar a dívida.... mas que dando-lhe a espera de 2, 3 ou 4 anos, poderá satisfazer ao seu Credor .... O governador ... concede a espera pedida.... Esta prática é contrária à Lei do Reino, segundo a qual só compete a S. Magestade o dar espaço aos devedores, e esta é uma regalia que privativamente pertence aos príncipes que não reconhecem superior; e os governadores são vassallos e não legisladores” (revista citada, p. 433).

“Qualquer pessoa, que ou foi ofendida, ou se reputa injuriada por outra, recorre ao Governador, expondo a ofensa, ou injúria e alegando que o seu ofensor é destemido, regulo e costumado praticar excessos daquela natureza. O Governador muitas vezes procede a prisão e as vezes a degrêdo. Esta prática é uma injustiça, por ser uma transgressão da Lei do Reino, a qual proíbe, que por caso de injúria se prendam os Reus, antes de haver Sentença e por caso crime, antes de haver culpa formada, ou que ao menos se lhe forme dentro de oito dias e ninguém pode ser degradado sem ser ouvido e sem preceder Sentença (revista citada, p. 433-434).

Algumas das práticas inovadoras se imporiam, provavelmente, em face de necessidades novas. Seriam, talvez, aquelas que, segundo Teixeira Coelho deviam “abolir-se ou determinar-se por lei” (revista citada, p. 432).

(53). — Carta VIII. Critilo — “Cartas Chilenas”, edição citada, p. 230.

(54). — “Carta IX”. Critilo — “Cartas Chilenas”, edição citada, p. 252.

Essa interferência em esferas de jurisdição alheia, é criticada como ilegal, mesmo no caso de seus resultados imediatos não serem opressivos. A propósito da absolvição de um condenado, lê-se:

“..... quem te inspira  
que remitir as penas é virtude?  
E ainda a ser virtude, quem te disse  
que não é das virtudes que só pode  
benigna exercitar a mão augusta?” (55).

Na verdade, tal medida do governador, visaria apenas ampliar sua base de poder pessoal,

“pois dessa sorte entende o néscio vulgo  
que o nosso general lugar-tenente  
Em todos os delitos e demandas  
pode de absolvição lavrar sentenças” (56).

As arbitrariedades de Minésio atraem a simpatia do povo, pois:

“O povo, Doroteu, é como as mósca  
Que correm ao lugar aonde sentem  
O derramado mel, é semelhante  
Aos corvos e aos abutres, que se ajuntam  
Nos ermos, onde fede a carne pôdre.  
A vista, pois, dos fatos, que executa  
O nosso grande chefe, decisivos,  
Da piedade que finge, a louca gente  
De tôda a parte corre a ver se encontra  
Algum pequeno alívio à sombra dêle” (57).

Para a execução de tais arbitrariedades, apoiar-se-ia o governador nos grupos não tradicionais, cuja ascensão promoveria, enquanto desprestigiava o grupo tradicional e os órgãos governamentais senhoriais (58).

---

(55). — “Carta II” *Idem.* p. 166.

(56). — “Carta II” *Idem.* p. 167.

(57). — “Carta II” *Idem.* p. 167.

(58). — “Os régios magistrados não o cercam  
nem o cerca também o nobre corpo  
dos velhos cidadãos .....  
Com êle só se assenta a sua côrte  
Que tôda se compõe de novos Martes.  
Aqui alguns conheço, que ainda vivem  
De darem o sustento, o quarto a roupa  
E capim para a besta, a quem viaja.

(“Carta VI” — Critilo — “Cartas Chilenas”, edição citada,  
p. 209).

Contra tais atitudes coloca-se a crítica de Critilo, numa perspectiva que se pode imputar a uma camada senhorial preocupada em manter os valores tradicionais, preservar as instituições e a diferenciação da estrutura. Assim, é criticada a mobilidade vertical que se vinha processando, favorecida pela orientação do então governador que se apoiava na simpatia das camadas inferiores.

As inovações introduzidas por Minésio vinham alterar todo o quadro até então existente, que parecia ter sido aceito pelos governantes que o precederam. A estruturação da sociedade mineira que se seguira à fase pioneira, permitia, dada a existência de padrões já cristalizados, uma determinada expectativa com relação ao governador vindo da Metrópole; a correspondência do administrador a essa expectativa tornava-se ainda mais importante, dada a fase de decadência das Minas. De certa forma, os governantes anteriores correspondiam à expectativa, enquadrando-se nesta estrutura, aceitando a hierarquia, correspondendo aos interesses da camada senhorial, uma vez que se cercavam de elementos dessa camada, aceitando seus valores. Decorre, porém, das inovações de Minésio, a possibilidade de redefinição da posição de administrador. Cunha Menezes orienta suas relações por outros padrões que não os decorrentes das posições hierárquicas dos membros do governo; revela um “plebeísmo” em suas preferências e atitudes (59).

Colocando-se contra todos os padrões tradicionais, cerca-se de elementos novos que provinham de camadas inferiores e elementos oriundos da classe que vivia do pequeno comércio passam a ocupar lugares de destaque, como postos de comando militar, gozando de protecionismo ilimitado, por parte de Minésio (60).

- (59). — “Chega-se, Doroteu, defronte dêle  
Um máscara prendado; não estima  
Os discretos conceitos, nem se agrada  
De ver executar vistosos passos.  
Manda, sim, que arremede o nosso bispo,  
Que arremede, também, o modo e o gesto  
De um novo general. São êstes momos  
Os únicos que podem comovê-lo  
No público a mostrar risonha cara.  
Oh! alma de fidalgo, oh! chefe digno  
De vestir a librê de um vil lacaio!  
 (“Carta VI” — Critilo — “Cartas Chilenas”, edição citada,  
p. 219).
- (60). — “Aos ricos taverneiros, desfarçados  
Em ar de comandantes, manda o chefe  
Que tratem da polícia .....  
 (“Carta III” — Critilo — “Cartas Chilenas” — edição citada,  
p. 177).

E' provável que D. Rodrigo J. de Menezes, antecessor de Luís da Cunha Menezes, e a quem são feitas referências nas "Cartas" (61) se tivesse aproximado do ideal do bom governador para o período do declínio das Minas (62).

No govêrno de Cunha Menezes, ao contrário, o administrador, indiferente à crise, permitia que se manifestassem livremente tôdas as suas conseqüências, entre as quais o rebaixamento social da camada senhorial cujas bases econômicas já periclitavam. A insatisfação com o presente da terra decadente se projetava para o próprio passado próspero, conduzindo à sua descrição em têrmos irônicos:

“Enquanto, Doroteu, a nossa Chile  
Em tôda parte tinha, à flor da terra,  
Extensas e abundantes minas de ouro,  
Enquanto os taberneiros ajuntavam  
Imenso cabedal em poucos anos,  
Sem terem, nas tabernas fedorentas,  
Outros mais sortimentos, que não fôssem  
Os queijos, a cachaça, o negro fumo  
E sôbre as prateleiras poucos frascos,  
Enquanto, enfim, as negras quitandeiras,  
À custa dos amigos, só trajavam  
Vermelhas capas de galões cobertas  
De galacés e tissos ricas saias...” (63).

- (61). — “Ajuntavam-se os grandes desta terra,  
À noite, em casa do benigno chefe  
Que o govêrno largou. Aqui, alegres,  
Com êle se entretinham largas horas  
depostos os melindres da grandeza,  
Fazia a humanidade os seus deveres  
No jogo e na conversa deleitosa”.  
("Carta I" — Critilo — "Cartas Chilenas" — edição citada,  
p. 155).
- (62). — Com efeito, em sua "Exposição" em que reconhece o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e procura sugestões para resolver os problemas dela decorrentes, D. Rodrigo se apresenta como o porta-voz dos mineiros ante a metrópole, procurando paliativos para suas dificuldades. Assim escreve D. Rodrigo em sua Exposição: "É bem verdade, que conhecendo eu de qual importância são estas Minas, a felicidade que elas procuram não só a Portugal, mas ao mundo inteiro onde o seu ouro passa pelo giro do Comércio, não posso deixar de considerar o Mineiro que passa a sua vida e arrisca o seu cabedal a desentranhar da terra êste precioso metal, como um homem muito respeitável e digno de que o Estado se interesse imediatamente na sua particular felicidade, à qual é tão intimamente ligado o bem público e o aumento do Real Erário. Eu tenho a fortuna de êles conhecerem já em mim êstes sentimentos, e persuadidos que os meus bons officios lhes serão sempre favoráveis os vejo animados e dispostos a tudo empreenderem". (Rev. Arch. Público Mineiro, ano II., fac. 2, 1897, p. 315).
- (63). — "Carta V". Critilo — "Cartas Chilenas", edição citada, p. 199.

Expressam-se reivindicações de medidas no sentido de medir a ruptura do equilíbrio alcançado pela sociedade mineira, dentro do **statu quo** colonial. A crítica enquadra-se sempre num espírito de fidelidade ao Rei; o único ponto que atinge a Corôa, é o ataque severo aos critérios não racionais adotados pelo trono na seleção do administrador colonial:

“E’ filho do marquês, do conde é filho  
Vá das Índias reger o vasto Império  
O’ Deus! que infelices os vassallos  
Que tão longe do trono prostitui  
O vosso Império aos abortivos chefes” (64).

Um dos grandes fundamentos para a crítica de Minésio, será justamente o desrespeito às leis do Reino:

“Ah! meu bom Doroteu, que feliz fôra  
esta vasta conquista se os seus chefes  
com as leis do monarca se ajustassem” (65).

A infelicidade dos habitantes da colônia aparece, mesmo, condicionada à distância do trono:

“Infeliz, Doroteu, de quem habita  
Conquistas do seu dono, tão remotas!  
Aqui o povo geme e os seus gemidos  
Não podem, Doroteu, chegar ao trono.  
E se chegam, sucede quase sempre  
O mesmo que sucede nas tormentas  
Aonde o leve barco se sossobra  
Aonde a grande nau resiste ao vento” (66).

#### **Em conclusão:**

Acreditamos que as considerações feitas na exposição precedente nos permitem afirmar que: quer as obras de Cláudio Manuel da Costa, o “nativismo” de Alvarenga Peixoto ou as agudas críticas ao governador contidas nas Cartas Chilenas, enquadram-se num esquema lealista, sem revelar (e não apenas no nível explícito, o que seria óbvio, mas também no nível atingido pelo esforço da análise) quaisquer sinais indicativos de elementos que apontem para a transformação do **statu quo** colonial.

Para melhor empostar nossas conclusões, consideraremos, inicialmente, que na segunda metade do século XVIII desen-

(64). — “Epístola”. *Idem* p. 133.

(65). — “Epístola”. *Critilo*. “Cartas Chilenas”. Edição citada, p. 140.

(66). — “Carta V”. *Idem*. p. 201.

volveu-se no núcleo de mineração da Colônia (como decorrência do acúmulo de riqueza dos anos anteriores e da complexidade de estrutura que acompanhara a fase de expansão), uma sociedade cultivada dentro dos padrões europeus.

A coincidência dessa situação com o início do declínio das minas, sugeriria à sociedade mineira — apoiada na importância da Capitania para o real erário — reivindicações defensivas ante a Metrópole, tanto no setor administrativo como no fiscal.

A análise permitiu destacar nas obras estudadas a expressão de uma constelação básica de poder e tensões, apreendida de uma perspectiva imputável ao grupo senhorial.

Estas tensões, porém, apontavam apenas para uma redefinição dos ajustamentos entre a sociedade senhorial local e a Metrópole, dentro do *statu quo* colonial.

Ou seja: não há como estabelecer, na estrutura local mineira, a existência de estímulos especiais para um movimento de emancipação como a Inconfidência.

**NELY PEREIRA PINTO CURTI**

Instrutora da Cadeira de Política da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.